

# Esforço fiscal já é ameaçado pelas concessões políticas

## CONTAS PÚBLICAS

● Para tentar garantir a sua sobrevivência até o final de 2018, o governo Temer compromete a trajetória das contas públicas com decisões na contramão das adotadas no início do mandato.

“As decisões que serão tomadas no campo econômico daqui para a frente serão meramente políticas. Não está se pensando mais na estrutura das finanças públicas”, diz o economista Geraldo Biasoto Júnior, do Instituto de Economia (IE) da [Unicamp](#).

Em um movimento para recompôr o apoio do Congresso

Nacional à agenda de reformas, o governo começou a encaminhar na semana passada, por exemplo, a renegociação de R\$ 50 bilhões da dívida dos estados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) – sem nenhuma contrapartida prevista até o momento – e já chegou a liberar cerca de R\$ 1 bi-

lhão em emendas parlamentares, desde o agravamento da crise política no dia 17 de maio.

Enquanto contrata despesas para se manter no cargo, o governo estuda um “pacote de bondades” que pode reduzir a base de receitas da União, como a proposta de reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR). “No en-

tanto, a economia está parada mais por conta da crise política do que por questões econômicas. Este é o ponto. As pessoas pararam de investir porque estão receosas”, acrescenta Biasoto. Para a economista Margarida Gutierrez, do COPPEAD/UFRJ, é importante que as reformas saiam do papel. **PÁGINA 4**

Para tentar recompor o apoio do Congresso, o presidente Michel Temer tem liberado emendas e ‘pacotes de bondades’; medidas podem provocar perda de arrecadação e aumento de déficit

# Concessões políticas comprometem a trajetória fiscal do governo federal

## CONJUNTURA

Paula Salati  
São Paulo  
paulas@dcicom.br

● Para tentar garantir a sua sobrevivência até o final de 2018, o governo do presidente Michel Temer passou a tomar decisões políticas na área fiscal que comprometem a trajetória das contas públicas e vão na contramão da tendência adotada no início do mandato, avaliam especialistas ao DCI.

“As decisões que serão tomadas no campo econômico daqui para a frente serão meramente políticas. Não está se pensando mais na estrutura das finanças públicas”, diz o economista Geraldo Biasoto Júnior, do Instituto de Economia (IE) da **Unicamp**.

Em um movimento para recompor o apoio do Congresso Nacional à agenda de reformas, o governo começou a encaminhar na semana passada, por exemplo, a renegociação de R\$ 50 bilhões da dívida dos estados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) – sem nenhuma contrapartida prevista até o momento – e já chegou a liberar cerca de R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares, desde o agravamento da crise política no dia 17 de maio.

Enquanto contrata despesas para ter sustentação, o governo também estuda um “pacote de bondades” que pode reduzir a base de receitas da União, como a proposta de reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) que deve elevar a faixa de isenção



Para recompor apoio do Congresso, governo federal negocia dívida de R\$ 50 bi dos estados com BNDES

para a cobrança do tributo. “Esta é uma medida justa e que em um ambiente de estabilidade costuma funcionar, porque correção de tabela de IR significa dinheiro nas mãos das pessoas”, afirma Biasoto.

“No entanto, a nossa economia está parada mais por conta da crise política do que por questões econômicas. Este é o ponto. As pessoas pararam de investir porque estão receosas. Então, no curto prazo, o governo pode até entrar em uma furada ao abrir mão da receita do imposto de renda, que é o único tributo cuja arrecadação está crescendo, diga-se de passagem. Esse dinheiro pode ir para as mãos das pessoas e elas não aumentarem o consumo”, completa o professor.

Diante deste cenário, prossegue Biasoto, a atividade econômica não teria reação, culminando em uma “séria queda” da arrecadação que colocaria em risco, ao lado das concessões políticas pressionando as despesas, o próprio cumprimento da meta fiscal deficitária de R\$ 139 bilhões e do teto de gastos.

O professor critica ainda a forma como está sendo conduzida a tramitação da regularização dos benefícios fiscais concedidos pelos estados, sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 31 de maio concedendo uma carência de 15 anos para que os estados acabem com as

isenções para a indústria, agropecuária e infraestrutura.

Para Biasoto, para conseguir apoio, o governo federal pode acabar “embarcando” no prolongamento da guerra fiscal, o que seria muito ruim em termos de receita também.

### Contramão

Já a economista Margarida Gutierrez, professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ), avalia que as concessões políticas do governo federal vão na contramão da postura fiscal adotada deste o início do mandato. Esta condução, para ela, pode piorar os indicadores fiscais do País, mas “não ao ponto de re-

verter uma trajetória”.

Segundo a economista, é importante que a reforma da Previdência Social saia do papel o quanto antes mesmo que esta seja resultado de diversas distribuições de favores na área política. “Uma reforma desidratada já seria importante para garantir algum limite ao crescimento explosivo do gasto”, diz ela. “Essa é uma questão urgente, pois o número de beneficiários do INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social] cresce 3,5% ao ano”, acrescenta.

Já Biasoto avalia que encaminhar projetos em meio à instabilidade não garante mudança estrutural na economia. “Se a reforma da Previdência sair do papel, esta seria a terceira reforma que o Brasil implementa com compra de parlamentares, via liberação de emendas parlamentares. Não dá para afirmar que isso teria solidez do ponto de vista econômico”, destaca Biasoto.

Além das medidas que estão sendo cogitadas, o governo já aprovou, por exemplo, o parcelamento de R\$ 90 bilhões de dívidas de estados e municípios com o INSS e está tentando renegociar um débito de cerca de R\$ 400 bilhões com os estados. A lei de recuperação destes foi aprovada prevendo três anos de carência, mas os estados ainda não estruturaram as suas contrapartidas.

O Rio, por exemplo, que segue sem pagar a sua dívida, tem encontrado divergências com o Tesouro Nacional. Enquanto o órgão federal exige um teto de gasto, por exemplo, o estado acredita que este limite já está contemplado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.